

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais – Área de
Especialização em Estudos Europeus realizado sob a orientação científica de Dr.^a Catherine
Moury.

Política de Informação e Comunicação Europeia: o Papel do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Iva Plašilová

Palavras-chave: política de comunicação europeia, défice de comunicação, CIEJD

Resumo

As eleições europeias de 2014 para o Parlamento Europeu viram mais uma redução na afluência de eleitores, uma tendência contínua desde a primeira eleição direta em 1979 que sublinha a incapacidade da União Europeia para captar o interesse dos seus cidadãos. Desde a sua fundação, o projecto europeu foi adaptado para atender às necessidades das elites europeias e vários grupos de interesse, mas tem lutado para comunicar as suas ambições e sucessos para o público em geral. Este relatório primeiramente examina o desenvolvimento das políticas de comunicação e de informação da União Europeia ao longo dos anos e alguns dos sinais do défice de comunicação entre a União Europeia e os seus cidadãos. Em seguida, o relatório vai apresentar o Centro de Informação Europeia Jacques Delors, um dos intermediários da União Europeia em Portugal, onde eu realizei o meu estágio e cujos objetivos são divulgar informação sobre as políticas, iniciativas e informações gerais provenientes da sede europeia. Depois vou apresentar as tarefas que eu tinha de completar durante a duração do meu estágio e as observações que conclui.

Keywords: European communication policy, communication deficit, CIEJD

Abstract

The 2014 European elections to the European Parliament have seen yet another decrease in voters' turnout, a continuous trend since the first direct election in 1979 that underlines the incapability of the European Union to engage the interest of its citizens. Since its foundation, the European project has been tailored to meet the needs of the European elites and various interest groups but has been struggling to communicate its ambitions and accomplishments to the general public. This report firstly looks at the development of the communication and information policies of the European Union throughout the years and some of the signs of the communication deficit between the European Union and its citizens. Then the report will introduce the European Information Centre Jacques Delors, one of the intermediaries of the European Union in Portugal, where I fulfilled my internship and whose objectives are to spread information about the policies, initiatives and overall information coming from the European headquarters. Afterwards I will introduce the tasks I had to complete during the duration of my internship and the observations I concluded from them.

Índice

1.Introdução	5
2. Políticas de Informação e Comunicação da União Europeia	6
2.1 História.....	6
2.1.1 Comunidade de Carvão e Aço.....	7
2.1.2 Tratados de Roma	9
2.1.3 Tratado de Bruxelas	9
2.1.4 Primeiro Alargamento da Comunidade nos Anos 70	11
2.1.5 Anos 80.....	12
2.1.6 Tratado de Maastricht	14
2.1.7 Novo Milénio.....	15
2.2 Défice da Comunicação Europeia	17
3. Centro de Informação Europeia Jacques Delors	21
3.1 Patrono	22
3.2 História.....	22
3.3 Missão.....	24
3.4 Estrutura Orgânica.....	24
3.5 Atividades e Iniciativas	25
3.5.1 Portal Eurocid.....	26
3.5.2 Biblioteca Jacques Delors.....	26
3.5.3 Parceria de Gestão	27
3.5.4 Aula Jacques Delors	28
3.5.5 Projetos Trabalhar na UE, Carreiras Internacionais e Oportunidades de Negócio na UE	29
4. Meu Estágio no Centro de Informação Europeia Jacques Delors	29
4.1 Tarefas Diárias	30
4.1.1 Agenda	30
4.1.2 Prémios e Concursos.....	31
4.1.3 Conteúdos de Temas	32
4.1.4 Outras Tarefas.....	33
4.2 Tarefas de Longo Prazo.....	33

4.2.1 Base de Dados	33
4.2.2 Receitas Croatas.....	35
4.2.3 Plano de Comunicação 2013/2014	36
4.2.4 Aula Jacques Delors	36
4.2.5 Versão Inglesa do Portal Eurocid	37
4.3 Atividades nas quais Participei	38
4.3.1 Sessões de Informação	38
4.3.2 Conferências	39
4.3.3 Lançamentos de Materiais.....	40
4.3.4 Feiras	41
4. Percepções e Sugestões	42
5. Conclusão	45
6. Bibliografia.....	46
7. Anexos	48

1.Introdução

Todos os dias somos inundados por informações sobre acontecimentos ocorridos por todo o mundo que nos fazem sentir interconectados com todas as partes do planeta e que nos dão a conhecer informação suficiente sobre tudo que nos permite ter uma “vista especializada” sobre cada conflito, desastre ou sucesso. Por outro lado, o acesso fácil aos canais de comunicação também permite manipular o público mais facilmente e pode criar uma avalanche de ideias erradas. Isto aconteceu há pouco tempo atrás com a causa das crianças de Kony que no fim foi revelado como sendo um embuste.

As informações europeias não são nenhuma exceção. Diariamente, os média lançam notícias sobre os últimos acontecimentos e novidades no palco europeu mas nem sempre nos oferecem toda a imagem. Especialmente os média nacionais gostam de reportar tudo do seu ponto de vista (ou favorecem a União Europeia ou são contra) em vez de ser imparciais¹. Isto pode ser um pouco confuso para os cidadãos “ordinários” e os seus governos não os ajudam em nada a esclarecer as dúvidas suscitadas. Os governos nacionais muitas vezes utilizam a UE para seu próprio ganho. Quando há uma decisão favorável junto do público os governos apropriam-se do sucesso, por outro lado, quando há uma decisão negativa os governos têm a tendência de culpar a UE mesmo que na maioria das vezes a União não tem nada em comum com a decisão. (Meyer 1999) Muitas vezes também acontece que as votações sobre os assuntos europeus (como as eleições europeias ou os referendos sobre os tratados) e as campanhas políticas que as acompanham são construídas nos assuntos nacionais em vez da integração europeia. (Hobolt 2012)

A própria União Europeia lança notícias e informações sobre todos os acontecimentos, acordos, mudanças de diretivas e outros. O problema é que, por seu turno, a UE tem a tendência de sublinhar a perspetiva europeia e que, às vezes, a quantidade de informação é tão vasta e tão numerosa que pode ser confusa e encontrar a resposta certa a uma dúvida pode ser como procurar uma agulha em palheiro.

¹ Veja, por exemplo, Peter, J. and C. H., de Vreese (2004). “In search of Europe – A cross-national comparative study of the European Union in national television news”. *Harvard Journal of Press/ Politics* 9 (4), pp. 3-24. Ou Gleissner, M. and , C. H., de Vreese (2005). “News about the EU Constitution: Journalistic challenges and media portrayal of the European Constitution”. *Journalism* 6(2), pp. 221-242.

Para o meu trabalho final do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais – Área de Especialização em Estudos Europeus escolhi a opção de fazer um estágio com relatório em ciência política e relações internacionais. A minha atribuição foi concluída no Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD).

O CIEJD, que pertence à Direção-Geral dos Assuntos Europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tem como papel principal a divulgação de informação sobre a União Europeia aos cidadãos europeus e principalmente aos cidadãos portugueses. Neste papel o CIEJD apoia o esforço da própria União Europeia em informar o público sobre os assuntos da integração europeia e em clarificar os mitos que circulam sobre a União Europeia e o seu funcionamento. Com este fim o CIEJD publica informação no seu portal (www.ciejd.pt) e outros meios de comunicação, organiza vários seminários e eventos pertinentes a este cargo e participa em diferentes feiras e conferências.

Este relatório é dividido em quatro partes. Na primeira parte, introduzirei a história das políticas de informação e comunicação da União Europeia e o seu desenvolvimento durante as décadas e farei um curto resumo do problema do défice de comunicação europeia. A segunda parte introduzirá o Centro de Informação Europeia Jacques Delors, a sua história, estrutura, função e os projetos do CIEJD. Na terceira parte descreverei o meu estágio no CIEJD. Esta parte será dividida em três secções onde analisarei primeiramente as minhas tarefas de dia a dia, depois as tarefas de longo prazo e a última secção será sobre os eventos que o CIEJD organizou ou nos quais participei durante o meu estágio. Na última parte do relatório introduzirei as minhas perceções, observações e sugestões sobre o funcionamento do Centro de Informação Europeia Jacques Delors e como o CIEJD contribui à diminuição do défice de comunicação entre a UE e os seus cidadãos.

2. Políticas de Informação e Comunicação da União Europeia

2.1 História

O projeto europeu começou com o discurso de Robert Schuman no dia 9 de maio de 1950. Esta declaração propôs a fundação de uma organização de cooperação nas áreas relacionadas com as atividades de extração, criação e distribuição de carvão e aço. A Comunidade Europeia de Carvão e Aço (CECA) foi criada em 1951. Depois, em 1957 foram assinados os Tratados de Roma onde a CECA foi acompanhada pela criação do Euroatom e da Comunidade Económica Europeia (CEE). O projeto europeu começou como um acordo comercial simples entre seis países com o papel principal de prevenir quaisquer conflitos armados futuros mas durante os anos cresceu passando a incluir mais de que a metade do continente. A cooperação cobriu primeiramente só os setores imediatamente relacionados com a produção e distribuição do carvão e aço mas com a fundação da CEE a cooperação transbordou outras áreas com a assinatura de cada novo tratado.

Os Tratados de Roma (também chamados Tratado de Roma) foram alterados em 1965 com o Tratado de Fusão que estabeleceu a Comissão e o Conselho singular para todas as três comunidades (CECA, CEE, Euroatom). Depois em 1986 foram alterados pelo Ato Único Europeu que deu mais competências ao Parlamento Europeu. Em 1992 foi assinado o Tratado de Maastricht, ou seja, o Tratado da União Europeia (TUE) e os Tratados de Roma foram renomeados de Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFUE). O Tratado da União Europeia estabeleceu a União Europeia e introduziu os elementos de cooperação política à Comunidade. Este tratado foi alterado três vezes desde a sua fundação, em 1997 com o Tratado de Amesterdão, em 2001 com o Tratado de Nice e a última vez em 2007 com o Tratado de Lisboa. Estes dois tratados (TUE e TFUE), que podem ser vistos como um equivalente a uma constituição de um estado soberano, são complementados pelos *acquiscommunautaire* que constituem a base comum de direitos e obrigações que vinculam todos os Estados-Membros a guardar as leis da União.

2.1.1 Comunidade de Carvão e Aço

A CECA foi criada para a cooperação nas áreas de produção e distribuição do aço e carvão, no entanto, o conhecimento suficiente do público sobre todas as políticas não foi considerado como prioritário. Mesmo o tratado que instituiu a CECA não conteve nenhuma

menção nem de política de comunicação nem a de informação e o cargo desta área foi sempre atribuído a um dos comissários menos importantes. Apesar disso, Jean Monnet, o presidente da Alta Autoridade da CECA, tinha desde o começo uma preocupação intensa sobre o relacionamento entre a CECA e os jornalistas e a informação relatada ao público. Por este motivo, Monnet nomeou Jacques-René Rabier para elaborar relatórios mensais sobre as atividades da Alta Autoridade que foram distribuídos ao público por intermédio dos jornalistas.

Com o desenvolvimento da CECA também surgiu a necessidade de se ter um grupo de trabalho dedicado aos assuntos de imprensa e informação. Em 1955, Jacques-René Rabier foi nomeado o funcionário responsável pelo Serviço de Imprensa e Informação com uma estrutura já definida e que incluiu um núcleo importante que produziu material informativo sobre a CECA ao público. O Serviço também conteve um setor que se ocupou com a distribuição de informação aos sindicatos e aos gabinetes de representação da CECA em Paris, Bona, Londres ou Washington D. C..

Alguns investigadores apontam que no começo a informação proveniente da CECA era direccionada às elites europeias e que o próprio Jean Monnet acreditou que a difusão da informação deveria ser orientada às elites para as convencer da importância do projeto europeu que no seu começo, segundo a Monnet, foi uma construção elitista e tecnocrática. (Terra 2008)

Com o desenvolvimento da ideia de criar uma Comunidade Europeia, a necessidade de ter uma política de informação vira uma nova página, especialmente depois do fracasso que foi a votação sobre a criação da Comunidade Europeia de Defesa. A opinião pública positiva foi vista como uma das pedras principais para o sucesso do projeto europeu. Para atingir a aprovação do público a CECA devia divulgar informações regularmente sobre as suas atividades mas também devia tentar conhecer as opiniões públicas em cada Estado-Membro. Para atingir esta meta a CECA teve de mudar o seu modo de comunicação técnica (também conhecido como eurojargão) para uma mais comum. Com este fim as instituições começaram editar brochuras coloridas e ilustradas com uma linguagem comum explicando as suas políticas e objetivos para divulgação ao público. Além de informação imprimida havia também alguma informação disponível pelos meios de comunicação audiovisual.

As instituições também se preocuparam com a manutenção de uma relação forte e positiva com os representantes dos vários setores e começaram explorar interesses na divulgação de informação europeia nos meios educativos.

“Paralelamente a este cuidado com a informação para o exterior, a Alta Autoridade tinha já um serviço interno dedicado ao levantamento de artigos de jornal publicados sobre a Comunidade, sinal de que havia uma preocupação com o tratamento da informação de retorno para ser difundida junto dos seus próprios serviços.” (Terra 2008:165)

2.1.2 Tratados de Roma

Com a assinatura dos Tratados de Roma em 1957 a Comunidade Europeia de Carvão e Aço foi complementada pelo estabelecimento da Comunidade Económica Europeia (CEE) e da Comunidade Europeia de Energia Atómica (Euratom). Cada uma destas comunidades teve sua própria autoridade executiva chamada comissão. A Alta Autoridade da CECA colaborou com as duas comissões para conseguir uma cooperação no palco da política de informação.

“Tratava-se, porém, de uma solução temporária enquanto não fosse organizado um serviço comum capaz de apresentar à opinião pública, de forma coerente e com o menor custo, os objectivos, os resultados e o significado da construção europeia.” (Terra 2008:169)

Em 1958 as três autoridades executivas concordaram organizar o Serviço Comum de Imprensa e Informação, o Serviço Jurídico Comum e o Serviço Comum de Estatísticas. Este harmonizou as políticas das três entidades e economizou não somente os custos mas também a capacidade administrativa e técnica. Adicionalmente, esta fusão mostrou exteriormente uma imagem unificada das Comunidades. Dos três serviços criados, o Serviço Comum de Imprensa e Informação foi o único que criou fricção e demorou mais tempo para ser estabelecido de que os outros dois.

2.1.3 Tratado de Bruxelas

Em Abril 1965 foi assinado o Tratado de Fusão em Bruxelas, que entrou em vigor em julho 1967. Este tratado uniu as instituições executivas das três comunidades. A partir desta data existiu um Conselho (de Ministros) “único” e somente uma Comissão. Esta transformação da estrutura não significou muitas mudanças para a área de comunicação e informação visto que já existia o Serviço Comum que foi agora renomeado ao Serviço de Imprensa e Informação mas os objetivos mantiveram-se os mesmos. Neste período as políticas de comunicação e informação dependiam principalmente do progresso geral da Comunidade e no desenvolvimento das políticas específicas.

“Assim, havia a consciência de uma interrelação dinâmica entre as partes e a noção de que uma política de informação bem conduzida aumentava as hipóteses de sucesso de outras políticas sectoriais.” (Terra 2008:191)

Devido aos recursos financeiros e humanos insuficientes, o Serviço produzia informação seletiva que tinha influência no público geral. O esforço principal foi orientado à divulgação da informação sobre o mercado comum nos Estados-Membros da Comunidade. Os meios preferíveis para a divulgação destas informações continuavam a incluir as várias publicações, conferências e visitas e estágios nas instituições europeias mas a Comunidade também aproveitou a popularidade do cinema, televisão ou rádio para informar sobre os assuntos europeus.

Para poder desenvolver mais a sua política de informação a Comunidade começou por fazer um exame anual onde analisava as tendências nesta área como a avaliação das realizações executadas, temas de informação a abordar, ações que deveriam ser continuadas e a análise dos meios necessários para a concretização dos objetivos da Comunidade.

“... havia uma reflexão periódica e continuada sobre a área de informação, com o estudo e avaliação de antecedentes, análise de contexto e estabelecimento de princípios e objectivos para enquadrar a acção futura. Por isso, poderemos falar, com toda a propriedade, de uma real política de informação.” (Terra 2008:194)

2.1.4 Primeiro Alargamento da Comunidade nos Anos 70

Em 1969 foi organizada a Cimeira de Haia onde uma das realizações foi a aprovação do alargamento da Comunidade dos seis Estados-Membros. Em 1973 a CEE tem três novos membros, a Dinamarca, Irlanda e o Reino Unido. Esta expansão fortalece a posição da Comunidade como a primeira potência comercial no mundo.

O alargamento também significa *inputs* estimulantes na política de informação. Os objetivos definidos nos anos anteriores são complementados por outros novos. O objetivo principal é a criação de uma imagem nova da Comunidade nos seus Estados-Membros e no exterior devido ao primeiro alargamento e o reforço político.

“Portanto, vemos que a política de informação europeia decorria da evolução da própria integração comunitária, suportada pela necessária visão sistémica do conjunto, de forma a conferir-lhe uma imagem coerente.” (Terra 2008:215)

No mesmo ano, o Serviço de Imprensa e Informação foi de novo reorganizado e agora passou a ser designado de Direção-Geral da Informação (DG X) que procurou uma maior colaboração com as outras DGs e o Grupo do Porta-Voz.

“Encontramos aqui dois aspectos recorrentes da política de informação da Comissão: por um lado, uma reestruturação muito frequente dos serviços responsáveis pela informação e, por outro, o apelo à colaboração com o Grupo do Porta-Voz. De facto, o equilíbrio entre a informação imediata (jornalística) e a informação a médio e longo prazo (em profundidade) constituiu sempre uma fonte de desacordo. Esta dicotomia era, em parte, artificial, visto os porta-vozes trabalharem apenas com os jornalistas acreditados em Bruxelas, enquanto a imprensa não acreditada ficava a cargo da DG Informação.” (Terra 2008:215)

A DG Informação aplicou as suas atividades descentralizadamente devido às particularidades de cada Estado-Membro e as suas regiões. A atenção foi especialmente prestada aos países recém aderentes e aos grupos de interesse que estavam pessimistas

sobre a integração europeia. Os conteúdos das atividades eram os mesmos e mantiveram a mesma mensagem só se diferenciavam na maneira de transferência das mensagens dependendo do público-alvo.

Em 1973 a Comissão também decidiu criar um sistema de documentação interna (EDOC) que passaria incluir as atas da Comissão, resumos das decisões do Conselho e dos seus comunicados à imprensa, atas resumidas das reuniões do COREPER e os documentos transmitidos ao Conselho e foi proposta a criação de um ficheiro com as propostas e as comunicações da Comissão. Um dos objetivos principais deste sistema foi o melhoramento do diálogo entre as instituições europeias, especificamente entre a Comissão e o Conselho. Em 1976 a Comissão criou o *Centre d'information et de recherchedocumentaire des Communautés Européennes* (CIRCE) com o objetivo de integrar o EDOC e o sistema interinstitucional de direito comunitário CELEX. Estes centros em conjunto com as bibliotecas disponíveis nos gabinetes da representação da Comunidade desempenhavam um papel efetivo nas iniciativas de informação de Comissão.

“Naturalmente, estes centros de documentação e bibliotecas facultavam aos seus utilizadores documentos, na sua quase totalidade, editados e fornecidos graciosamente pelas instituições europeias. Isto significa que a informação disponibilizada era uma informação filtrada pelos próprios órgãos comunitários que procuram dar de si uma informação positiva. Contudo, isto não inviabiliza automaticamente o facto de os conteúdos serem rigorosos e fiáveis, mas apenas que havia uma selecção prévia do que se pretendia divulgar.” (Terra 2008:236)

Em 1977 o novo Presidente da Comissão, Roy Jenkins, decidiu unir a DG Informação e o Porta-Voz diretamente sob as ordens do Presidente. Isto sublinhou a importância crescente da política da informação. Com as primeiras eleições directas ao Parlamento Europeu (PE) pelo sufrágio universal europeu a DG X foi encarregada da divulgação de informação sobre o Parlamento ao público e com a tarefa de motivar os cidadãos dos Estados-Membros a votarem.

2.1.5 Anos 80

Nos resultados das primeiras eleições diretas ao Parlamento Europeu foi visível que o público tinha um grande desconhecimento sobre o funcionamento da Comunidade e o desenvolvimento da construção europeia. Por isso, propôs-se uma intensificação da divulgação de informação sobre as atividades da Comunidade, especialmente o melhor uso dos meios de comunicação social.

“Para chegar ao grande público, a Comissão apostava na descentralização, deixando mais abertura às iniciativas dos gabinetes nacionais que a representavam em cada Estado-Membro, sobretudo no caso do Reino Unido, onde existiam antenas em Cardiff, Edimburgo e Belfast.” (Terra 2008:251)

Com o alargamento e outros acontecimentos a pasta da política de informação perdeu a sua importância e passou por várias reestruturalizações. Como consequência deste declínio é apresentado um relatório sobre a política de informação da Comunidade no Parlamento Europeu, elaborado pelo deputado Gianni Baget Bozzo. Neste relatório é visível um distanciamento das políticas prévias e são propostas novas soluções. É apontado que há uma uniformização da Europa no palco social, cultural, político e económico, parcialmente também graças à influência dos EUA, mas ao mesmo tempo nas sociedades nos Estados-Membros domina o sentimento de se ser diferentes dos outros países. Os cidadãos europeus não podiam apreciar os esforços da Comunidade pois não tinham a noção de como estas decisões influenciavam as suas vidas quotidianas.

“Para ultrapassar esta situação, o deputado Baget Bozzo propõe duas linhas de acção. Por um lado, considera que a política de informação sobre a Comunidade deve centrar-se na transmissão de mensagens e não apenas na transmissão de notícias. ... Por outro lado, é da opinião que os Estados-Membros devem ser chamados a participar mais activamente na política de informação europeia, fomentando o interesse da opinião pública do seu país pelas outras nações europeias, enfatizando as profundas semelhanças existentes entre todos e proporcionando quadros explicativos para as diferenças.” (Terra 2008:267)

O relatório sugere uma cooperação muito mais estreita entre todas as instituições da Comunidade e os Estados-Membros. Também recomenda entre outros o aumento do financiamento e a racionalização da produção e distribuição de publicações.

Adicionalmente, em 1987 foram criados os Gabinetes Comunitários para as Empresas (Euro Info Centre (EIC)) que tiveram como papel principal a comunicação mais acessível entre as pequenas e médias empresas (PME) e os serviços da Comissão.

2.1.6 Tratado de Maastricht

O Tratado de Maastricht assinado em fevereiro 1992, e que entrou em vigor em 1993, transformou a Comunidade Europeia na União Europeia. A União assentava em três pilares. O primeiro pilar englobou as três comunidades constituídas, a CECA, Euratom e a CE. O segundo pilar foi “reservado” para a Política Externa de Segurança Comum (PESC) e o terceiro pilar cobre tudo que é relevante à Justiça e Assuntos Internos.

No começo da década de noventa houve muitas mudanças no palco internacional. Muitas repúblicas que faziam parte da União Soviética ou que estavam sob a sua influência tornaram-se independentes e iniciaram os processos de democratização o que trouxe instabilidade à Europa. Adicionalmente, as mudanças estruturais na União e a criação do mercado único trouxeram mais problemas. Com todas estas mudanças e tumultos foi necessário que a União adotasse uma estratégia forte para as políticas de informação e comunicação que demonstrasse a sua aptidão de liderança aos seus cidadãos.

“Como notou Frank Biancheri, foi necessário adoptar um discurso explicativo (capaz de tornar o mundo compreensível) e demonstrativo (capaz de fomentar a utilização dos meios de acção), para se aproximar dos cidadãos e fundamentar a viabilidade das suas soluções para a Europa. Isto implicou mais criatividade e imaginação, num sentido pedagógico, mas também uma maior coerência entre a informação, a comunicação e a acção para alcançar uma eficácia real.” (Terra 2008:293)

Neste período, as atividades e políticas da DG X ganharam maior importância desde o seu início na fundação da CECA.

Em 1993 foi apresentado o Relatório Oostlander, elaborado pelo deputado Arie Oostlander, que sublinhou o interesse dos cidadãos pelo funcionamento e desenvolvimento da Comunidade e que pressionava as instituições comunitárias a encontrarem soluções mais satisfatórias. O relatório queria que a política de informação criasse condições para que os cidadãos e as suas organizações pudessem formar e expressar as suas próprias ideias e opiniões sobre a direção do projeto europeu. Por este motivo foi necessário esclarecer os mecanismos disponíveis aos cidadãos quando se dirigem à Comunidade e aprofundar o conhecimento dos seus direitos sociais e políticos. O relatório acentuou a importância de um diálogo aberto com os seus cidadãos. Na parte final do relatório encontrou-se a sugestão de orientação específica para cada instituição europeia em termos da política de informação e comunicação.

2.1.7 Novo Milénio

O virar do século encontrou a União num período atarefado. As novas democracias da Europa Central e Leste estavam lenta mas firmemente a aplicar as alterações necessárias para cumprir os critérios de Copenhaga para a adesão. Isto significou várias modificações tiveram de ser feitas no próprio funcionamento da União.

Uma das preocupações principais foi se a União devia manter atualizar os tratados fundadores pelos novos tratados ou se a União devia acertar uma solução permanente. Desta preocupação nasceu o Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa que ia substituir todos os tratados constituídos. O Tratado Constitucional foi assinado pelos representantes dos Estados-Membros em outubro de 2004 e ficou pendente da ratificação em todos os 25 países membros. Com alguns dos países a optar pela opção de referendo público a União teve uma grande oportunidade de usar a sua política de comunicação para influenciar a opinião pública numa escala até então nunca vista.

Infelizmente, devido à melhor organização de campanhas de oposição o Tratado Constitucional foi primeiramente rejeitado em França em maio de 2005 e poucos dias depois nos Países Baixos. Uma das outras razões para a rejeição foi o facto do público não entender

o tratado e pensar que a campanha da União e dos próprios Estados-Membros era confusa e sem uma definição distinta.

O fiasco do Tratado Constitucional coincidiu com a rotação da Comissão. A nova Comissão viu que por mais que a União se tenha transformado nas últimas duas décadas e que tenha facilitado a vida dos seus cidadãos em muitas áreas, a comunicação entre a União e os seus cidadãos ficou para trás. Por isso, foi necessário criar uma nova estratégia para esta área.

“Communication is more than information: it establishes a relationship and initiates a dialogue with European citizens, it listens carefully and it connects to people. It is not a neutral exercise devoid of value, it is an essential part of the political process.” (ActionPlan 2005:3)

Com este fim, a Comissão primeiramente publicou um Plano de Ação em 2005 e um ano depois um Relatório Branco que vinham reforçar a política de comunicação. O Plano de Ação foi um documento interno que descrevia as medidas concretas que a própria Comissão precisava de seguir. O principal objetivo deste plano era a garantia de uma comunicação mais efetiva sobre a Europa dentro da própria Comissão. Isto significou uma outra reestruturalização da DG X. Desta vez recebeu o seu nome atual, a Direção-Geral Comunicação. A nova abordagem foi dividida em três princípios: democracia, diálogo e debate com os cidadãos no nível local.

“Presentation and visual communication in all policy areas will evolve towards a unified Commission presentation to enhance recognition and avoid confusion in all material addressing and visible to the general public. Slogans and symbols should be simple and repetitive.” (Action Plan 2005:7)

O Relatório Branco foi escrito para empenhar todos os *stakeholders* e para definir as iniciativas de curto, médio e longo prazo e os papéis individuais de cada instituição e outros *stakeholders*. O propósito principal do relatório foi sugerir um caminho a seguir e convidar todos os interessados a contribuir com as suas ideias para uma aproximação da União aos seus cidadãos.

O desenvolvimento radical da Internet e das redes sociais facilitou a difusão de informação e aproximou a União Europeia aos seus cidadãos, especialmente junto das gerações mais jovens. O site da Internet da União Europeia, www.europa.eu, é o maior site público no mundo e contém informação em abundância sobre todos os acontecimentos, iniciativas e políticas na União e é uma das peças-chave na nova estratégia de comunicação europeia. O site é multilingual e o conteúdo mais importante está disponível em todas as línguas oficiais. Todas as instituições da União e as suas outras agências e organismos têm uma presença forte nas redes sociais e regularmente organizam debates, sessões de Q&A ou concursos para os seus “seguidores”. Além disso, o Parlamento Europeu opera o seu próprio canal de televisão EuroparlTV onde informa os cidadãos europeus sobre os acontecimentos no Parlamento Europeu como as transmissões diretas das sessões plenárias, reuniões das comissões, entrevistas com os deputados ou vídeos informativos, por exemplo, sobre as eleições europeias. Toda esta informação é acessível nas línguas oficiais da União.

2.2 Déficit da Comunicação Europeia

Desde a fundação da Comunidade Europeia de Carvão e Aço a comunicação entre as instituições europeias e o público europeu foi considerada uma política secundária e sem maior importância. A integração europeia foi considerada um projeto orientado às elites europeias, por isso, os esforços de comunicação foram principalmente focalizados nas elites e o público geral foi um alvo secundário. Ao longo dos anos, com o desenvolvimento da integração europeia as políticas de informação e comunicação seguiam uma curva de balanço. Houve tentativas de reestruturalização destas políticas mas ao mesmo tempo houve períodos de negligência.

“The reason for the Commission’s communicative abstention was partly the concern that increased public awareness could undermine support for further integration. ... As long as the Commission’s efficacy depended primarily on convincing national executives and expert communities, its public communication was biased towards stifling rather than stimulating public debate.” (Meyer 1999:624)

Com a rejeição dinamarquesa do Tratado de Maastricht na primeira votação foi visível que o público europeu não estava contente com o défice de comunicação proveniente da Comunidade Europeia e que foi preciso fazer alterações no esquema de como informar o público sobre os acontecimentos na integração europeia. Este défice não só ameaça o suporte do projeto europeu mas também a sua legitimidade.

“... political communication contributes to the legitimacy of governance if it helps to increase citizens’ influence on decision-making and to hold political actors accountable for their actions in between electoral procedures.” (Meyer 1999:622)

Um outro aspeto que debilitava as tentativas de reformas no palco de divulgação de informação europeia era o facto de que na maioria das vezes o pessoal encarregado desta pasta não foi (e continua não ser) constituído de profissionais com experiência nesta área e também o financiamento disponível para estas atividades era muito menos de que o necessário. Apesar da DG X que é responsável para a comunicação e divulgação de informação, cada uma das outras Direções-Gerais tem o seu próprio departamento responsável para a comunicação externa. Estes departamentos nem sempre coordenam as suas atividades com a DG X. Isto muitas vezes duplica a informação fornecida e cria confusão.

“Instead of having a single, horizontal communication and press department, closely associated with political decision-making, communication activities are disjointed and poorly co-ordinated.” (Meyer 1999:626)

A maioria do público europeu obtém informação sobre os assuntos europeus dos vários tipos de média e nomeadamente dos média nacionais. A falta dos média transeuropeus é uma das razões por que, segundo aos investigadores da integração europeia, não existe uma esfera pública pan-europeia. O papel dos média na distribuição de informação sobre a UE e mesmo no apoio da legitimidade do projeto europeu é indiscutível.

“They select, shape, and interpret issues and actions within a political space, which is characterized by a high degree of complexity and oversupply of information. The media provide for information and

communication as the key ingredients of a democratic process of political debate and opinion formation.” (Meyer 1999:621)

Um dos obstáculos que os média enfrentam é o triângulo institucional e a dispersão de informação que varia com cada instituição e que pode criar competição entre as instituições. Para diminuir o défice de comunicação europeia é fundamental melhorar a cooperação entre as instituições e a coordenação das atividades sem prejudicar a autonomia de cada instituição .

Por sua vez a Comissão Europeia disponibiliza informação cada dia em “Midday Briefing”, sessões de informação com a imprensa onde a Comissão apresenta as atualizações nas políticas propostas e perseguidas. Devido ao grande número dos jornalistas acreditados e o tempo limitado, estas sessões nem sempre são transparentes e úteis em esclarecer as dúvidas. Como uma medida adicional a Comissão também publica números de comunicados de imprensa para divulgar informação. Ambas destas atividades servem para informar e clarificar dúvidas sobre as políticas e iniciativas da Comissão só que na maioria das vezes são escritas e apresentadas usando o eurojargão e a língua inglesa com as traduções das outras línguas oficiais com atraso.

“Journalists and spokespersons complain that the most important passages are hidden at the end or not mentioned at all, with policy documents riddled with technocratic jargon and little explanation. As a result, issues of public interest get lost or distorted in the communication process.” (Meyer, 1999:629)

Um outro problema que os jornalistas apontam como resultado deste tipo de comunicação é que a informação é distribuída desigualmente dependendo da reputação do jornalista em questão e existe um certo de favoritismo em relação a certos média que podem funcionar como mediadores aos outros média mas que ignora as necessidades específicas dos média orientados ao público geral. Um destes média com a posição privilegiada é *Financial Times*.

“The FT enjoys enormous prestige among the EU set in Brussels and its contents are closely monitored. ... This results in a two-speed

distribution of information, a daily reality that is extremely frustrating for many journalists.” (Raeymaeckers *et al*, 2006:31)

Este favoritismo dos média elitistas alarga o défice de comunicação entre a União Europeia e os seus cidadãos “comuns” e facilita as reportagens negativas sobre a UE nos outros média.

Um outro meio pelo qual a União Europeia pode incentivar o público para participar na vida política europeia, e consequentemente diminuir o défice de comunicação, são as eleições europeias. Passaram mais que trinta anos desde as primeiras eleições pelo sufrágio universal em 1979, contudo a UE ainda não encontrou a fórmula vencedora para chamar a atenção do público às eleições. A participação na votação está a diminuir mais em cada eleição seguinte (Eurostat 2014). Isto é porque os cidadãos não têm conhecimento suficiente da função e do poder do Parlamento Europeu no projeto europeu. O próprio Parlamento Europeu produz muita informação para os cidadãos mas como no caso da Comissão a mensagem “está perdida na tradução”. (Meyer 1999)

Uma outra razão é que não existem partidos políticos pan-europeus. No PE os deputados são divididos pelas suas fidelidades aos partidos europeus mas nas próprias eleições sempre são sempre indicados como candidatos dos partidos nacionais. As campanhas nacionais também são, na sua maioria, das vezes orientadas aos problemas nacionais em vez de problemas europeus.

“It has been argued that vote choices in referendums and European Parliament elections are about national rather than European matters and thus provide no proper public mandate for EU policy-making, and that national political parties still do not compete on issues relating to European integration.” (Hobolt em Jones *et al* 2012:716)

O fiasco do Tratado Constitucional ofereceu um novo começo à política de comunicação europeia. Em 2005, e consequentemente em 2006, a Comissão introduziu o seu plano para combater o défice de comunicação com uma nova abordagem de longo prazo. Este plano não só ia aproximar a União aos seus cidadãos mas também ia desenvolver uma esfera pública europeia. Em contraste com os documentos prévios a Comissão pediu no

Relatório Branco a contribuição de todos os atores que participam na divulgação de informação no nível europeu e no nível nacional.

Uma das estratégias desta nova abordagem foi a tentativa de comunicar mais a nível local e incluir os cidadãos nos vários debates. Por este meio, a Comissão desenvolveu as parcerias de gestão com os governos nacionais e com objetivos de promover a divulgação de informação europeia e promover uma cidadania ativa.

“Good communication is not simply a matter of good intentions and new coordinating mechanisms, but also of political incentives connected to the exercise of power and the selection of personnel, legal mandates and financial resources. The Commission rightly stresses that its success will largely depend on the commitment of national, regional and local actors.”

(Kurpas 2006:3)

Em Portugal os esforços das instituições, agências e outros organismos da União Europeia e do governo português de divulgação da informação europeia e na promoção da participação dos cidadãos na vida política europeia são apoiados pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.

3. Centro de Informação Europeia Jacques Delors

O Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD) foi instituído no dia 8 de dezembro 1994 e inaugurado no dia 27 de março 1995 como Agrupamento Europeu de Interesse Económico com o objetivo de transmitir as informações geridas pela União Europeias aos cidadãos em língua portuguesa. Desde 2008, o CIEJD faz parte da Direção-Geral dos Assuntos Europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa.

Esta parte do relatório do estágio vai primeiramente introduzir o patrono do CIEJD. Depois, introduzirá uma breve história do CIEJD, a sua missão, a sua estrutura orgânica e, no fim, as várias atividades e iniciativas que o Centro de Informação Europeia Jacques Delors está a desenvolver ou participar atualmente.

3.1 Patrono

Como o patrono do, nessa altura, recém-criado Centro de Informação Europeia foi escolhido Jacques Delors, o Presidente francês da Comissão Europeia entre os anos 1985 e 1995.

Jacques Delors serviu como o Presidente da Comissão durante três mandatos (até agora é o único Presidente que serviu mais que dois mandatos) e é conhecido como um dos Presidentes mais importantes e bem sucedidos. Durante o seu “reino” a Comunidade pegou um segundo fôlego. Em 1986 liderou a aprovação do Ato Único Europeu que finalizou a criação do Mercado Único. Depois suportou o Comissário irlandês RayMacSharry na sua busca de uma reforma da Política Agrícola Comum (PAC) que foi concluída com sucesso em 1992. Neste ano também guiou firmemente a Comunidade à sua transformação na União Europeia abrindo o caminho para a moeda única comunitária e para uma cooperação mais próxima. Os sucessos de Jacques Delors durante a sua Presidência e a coincidência de ter assumido o leme da Comissão no mesmo ano que Portugal aderiu à Comunidade são provavelmente as razões por quais o Estado Português o escolheu como o patrono do Centro de Informação Europeia.

Desde a inauguração do CIEJD, Jacques Delors manteve uma presença ativa nas suas atividades. Ao longo dos anos visitou o CIEJD quatro vezes e ativamente contribuiu para várias publicações do Centro de Informação Europeia Jacques Delors.

3.2 História

O Centro de Informação Europeia Jacques Delors foi constituído pela República Portuguesa e a União Europeia com a assinatura do Protocolo que Institui o Centro de Informação Jacques Delors² em 9 de maio de 1994.

²Acessível em: <https://infoeuropa.eu/ocid.pt/files/web/documentos/ciejd/historia/000021747.pdf>

“O Governo português e a Comissão Europeia consideraram oportuno criar uma estrutura comum com a finalidade de difundir em Portugal informação e documentação europeias, de formar o pessoal encarregado da difusão dessa informação europeia e de coordenar a distribuição dessa informação e dessa documentação aos centros e redes de ligação que trabalham com o grande público.” (Protocolo 1994:2)

Em 1995 o Ato Constitutivo do Centro de Informação Jacques Delors³ define os objetivos do Centro que passam pela divulgação de informação e documentação da União Europeia e a formação nesta área. O Centro é constituído por um período de 12 anos com a possibilidade de renovação.

No mesmo ano o CIEJD começa dar as Aulas Jacques Delors, sessões de formação para o ensino escolar e que constitui uma parte indissolúvel do funcionamento do Centro. Em 1996 foi lançada a primeira edição do Prémio Jacques Delors orientada para os alunos universitários e as suas ideias sobre a UE. Em 1997 saiu o primeiro número da revista “Europa Novas Fronteiras” que contava com contribuições de vários especialistas, incluindo o próprio Jacques Delors. Com o lançamento da moeda única, Euro, em 1999 o CIEJD organizou inúmeros de colóquios sobre esta temática. Em 2004 o CIEJD lança um subsite “Aprender Europa” orientado a professores e alunos.

Em 2005 os dez anos de funcionamento são celebrados com lançamento do Portal Eurocid onde os cidadãos encontram toda a informação necessária sobre a União.

Em 2007 o Centro de Informação Europeia Jacques Delors passa a ser integrado na Direção-Geral dos Assuntos Europeus pelo Decreto-Lei nº 207/2007⁴. Nesse ano termina o período de 12 anos mas pela sua importância na divulgação de informação e na formação a atividade do CIEJD é prolongada para um segundo período de 12 anos.

Em 2008 o CIEJD “engrossa as fileiras” definitivamente do MNE e é determinado como o Organismo Intermediário da primeira Parceria de Gestão entre o Governo Português e a Comissão Europeia que decorre no período entre 2008 e 2011. Em 2009 o CIEJD cria o seu perfil na rede social *Facebook*. No mesmo ano lança uma campanha de sensibilização sobre as eleições europeias. Em 2010 são comemorados os 25 anos desde a assinatura do

³Acessível em: <https://infoeuropa.eurocid.pt/files/web/documentos/ciejd/historia/000021627.pdf>

⁴Acessível em: <https://infoeuropa.eurocid.pt/files/web/documentos/ciejd/historia/000039773.pdf>

Tratado de Adesão de Portugal à Comunidade Europeia. Em 2011 a Parceria de Gestão é prolongada para o período 2012-2015 e é lançado o site “Trabalhar na UE”. Em 2012 são lançados dois sites adicionais, “Carreiras Internacionais” e “Oportunidades de Negócio”. Em 2013 o CIEJD cria o seu perfil na rede social LinkedIn. Em 2014 o CIEJD lidera a campanha de sensibilização sobre as eleições europeias em Portugal.

3.3 Missão

O Centro de Informação Europeia Jacques Delors foi criado para divulgar a informação sobre a União Europeia em língua portuguesa aos cidadãos europeus e especialmente aos que residem em Portugal. O CIEJD procura disponibilizar aos cidadãos um conhecimento extenso dos valores, políticas, programas e instituições da União para atingir uma cidadania europeia mais participativa e para informar sobre as numerosas oportunidades oferecidas pela UE.

O CIEJD acredita na convicção de que para se ter uma União Europeia forte, solidária e decisiva é preciso obter uma cidadania mais ativa e participativa que pode ser atingida pelos meios de informar os cidadãos sobre o seu contributo ao projeto europeu atual e futuro. Com este fim, o CIEJD tenta estimular a participação dos cidadãos europeus na construção europeia.

A Lei Orgânica da Direção-Geral dos Assuntos Europeu⁵ de 19 de janeiro de 2012 atribui ao CIEJD as competências de contribuir para o desenvolvimento e a divulgação da política de informação e comunicação da UE; promover e organizar várias sessões sobre temas relacionados à União; e divulgar o lançamento dos procedimentos de seleção de funcionários das instituições da União Europeia.

Como o Organismo Intermediário da Parceria de Gestão o CIEJD assegura a gestão e monitoriza as atividades de informação desenvolvidos por partes terceiras.

3.4 Estrutura Orgânica

⁵Acessível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/2012/01/01400/0032900332.pdf>

Desde 2008 o Centro de Informação Europeia Jacques Delors faz parte da Direção-Geral dos Assuntos Europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa. O CIEJD está dividido em três partes: a Biblioteca Jacques Delors; a Unidade de Formação, Animação Pedagógica e Projetos; e a Unidade de Informação e Comunicação.

A unidade de Biblioteca Jacques Delors trata dos assuntos relacionados com o funcionamento fácil da biblioteca. Por exemplo como a catalogação de novos documentos ou materiais, ajuda com as pesquisas, especialmente com as avançadas e outros serviços de atendimento e referência.

A Unidade de Formação, Animação Pedagógica e Projetos é focada na formação. Nesta unidade pertencem as Aulas Jacques Delors, o subsite “Aprender Europa” e organização de vários seminários entre outros. Esta Unidade também produz recursos pedagógicos diferentes que têm por objetivo incentivar o interesse dos cidadãos, e especialmente o interesse dos jovens, para a construção europeia e o futuro do projeto europeu.

A Unidade de Informação e Comunicação ocupa-se com a divulgação das atividades e iniciativas da União Europeia. Por exemplo, esta Unidade chama a atenção aos vários concursos nacionais ou europeus (e às vezes internacionais), às possibilidades de bolsas de estudo ou de voluntariado para entidades diferentes. Um dos outros objetivos desta Unidade é também familiarizar os cidadãos com as políticas pertinentes a uma cidadania ativa e sobre os direitos garantidos ao cada cidadão. Esta Unidade é encarregada com a monitorização da Parceria de Gestão.

3.5 Atividades e Iniciativas

Para atingir os objetivos da sua missão o Centro de Informação Europeia Jacques Delors tinha, desde a sua inauguração, criado e tinha participado em várias atividade, iniciativas e projetos para promover a União Europeia em Portugal e para divulgar e

desenvolver o conhecimento sobre os objetivos do projeto europeu. As atividades atuais mais importantes são as seguintes:

3.5.1 Portal Eurocid

O Portal Eurocid do Centro de Informação Europeia Jacques Delors foi lançado durante o décimo aniversário da inauguração do CIEJD em 2005. O portal é o portão de acesso dos cidadãos europeus à informação pertinente à União Europeia em língua portuguesa. Este portal foi criado com o objetivo de contribuir para uma maior aproximação da União aos seus cidadãos comuns. A informação disponibilizada pelo portal é estruturada por canais temáticos, como “Parceria de Gestão”, “Aprender Europa” ou “Oportunidades”. Esta divisão reflete as áreas diferentes nas quais o CIEJD desenvolve as suas atividades e serve para atrair os grupos de cidadãos específicos. O site está ligado com a base de dados Infoeuropa que serve como o repositório documental do portal. Os interessados têm a possibilidade de se inscrever no portal e receber as *newsletters* regulais com informação europeia diversificada.

3.5.2 Biblioteca Jacques Delors

A Biblioteca Jacques Delors está localizada na Reitoria da Universidade de Lisboa na Cidade Universitária e faz parte do Centro de Informação Europeia Jacques Delors. A Biblioteca é especializada em assuntos europeus e disponibiliza aos cidadãos a sua coleção com mais de 90 mil documentos, um dos maiores acervos de assuntos europeus em Portugal. O objetivo da Biblioteca é cobrir as necessidades de informação diferentes dos cidadãos europeus e também dar a conhecer as várias produções bibliográficas disponíveis sobre a União Europeia, sejam nacionais ou estrangeiras.

Todos os volumes de documentos disponíveis na Biblioteca podem ser acedidos pela base de dados Infoeuropa. Trata-se de uma base de dados em linha e que disponibiliza todas as referências bibliográficas e documentos em formato digital.

A Biblioteca Jacques Delors oferece vários serviços aos seus utilizadores sendo a sua maioria gratuita. Um dos serviços personalizados é o serviço de atendimento e referência onde se procura esclarecer dúvidas pertinentes aos assuntos europeus, otimizar a pesquisa no catálogo de Infoeuropa e outros. A Biblioteca também oferece um espaço de leitura e pesquisa presencial e oferece aos seus utilizadores registados o acesso ao empréstimo domiciliário e, no caso improvável de não ter o documento procurado, os utilizadores podem desfrutar do serviço de empréstimo interbibliotecário. A Biblioteca adicionalmente oferece inúmeros de serviços *online* como por exemplo o *download* gratuito de todos os documentos disponíveis em formato digital na Infoeuropa ou criação de pesquisas personalizadas. Além de todos estes serviços, a Biblioteca Jacques Delors também distribui gratuitamente as publicações e outros materiais publicados pelo Serviço das Publicações da União Europeia.

3.5.3 Parceria de Gestão

A primeira Parceria de Gestão entre o Governo Português, representado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, e a Comissão Europeia com o Centro de Informação Europeia Jacques Delors funcionando como o Organismo Intermediário foi assinada em 2008, tendo sido posteriormente renovada em 2011 para o período 2012-2015. A Parceria tem por objetivo atender as necessidades de informação sobre a União Europeia dos seus cidadãos portugueses. Com este fim, o CIEJD fica encarregado de algumas das competências da Comissão para promover a divulgação da política de informação e comunicação europeia em Portugal.

A Parceria é anualmente traduzida num Plano de Comunicação que apresenta os temas prioritários e as ações a realizar no ano em questão. Este plano é preparado por uma Célula de Coordenação, constituída dos representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Gabinete do Parlamento Europeu e da Representação da Comissão Europeia em Portugal. Esta Célula supervisa a aplicação e a avaliação das atividades de informação e comunicação de cada Plano de Comunicação separadamente. A execução do Plano é financiada pela Comissão Europeia.

O CIEJD como o Organismo Intermediário é encarregado da gestão do Plano de Comunicação. Isto inclui a preparação, execução, monitorização e conclusão de contratos e de procedimentos de subvenção e a respetiva gestão das despesas. O CIEJD oferece suficientes garantias financeiras, especialmente na matéria de recuperação integral dos montantes devidos à Comissão.

As ações do Plano de Comunicação contribuem para o aumento de qualidade do debate público sobre os assuntos europeus, promovem a participação ativa na cidadania europeia e apresentam a União Europeia e as suas políticas de uma forma coerente, metódica e compreensível.

3.5.4 Aula Jacques Delors

A Aula Jacques Delors é uma das atividades mais antigas e mais frutuosas desde a inauguração do Centro de Informação Europeia Jacques Delors. As aulas são sessões gratuitas sobre os assuntos europeus para os alunos de todos os ensinos de educação.

Cada aula é adaptada às necessidades específicas dos alunos participantes. Os temas das aulas dadas podem ser genéricos como, por exemplo, o processo de integração europeia, os símbolos da União Europeia ou podem ser temáticos abrangendo os tópicos como a cidadania europeia, as instituições europeias ou as eleições europeias. Se for preciso os formadores criam conteúdos específicos como forma de complementar os currículos escolares. As aulas são lideradas pelos Técnicos Superiores do Centro de Informação Europeia Jacques Delors que são formados em assuntos europeus.

Os materiais usados durante as aulas são especificamente desenvolvidos pelo CIEJD e são especialmente escolhidos para cada aula de forma adequada, tendo em conta o nível etário e ao nível de conhecimento dos participantes. Durante as aulas os participantes são encorajados a expressar as suas ideias, opiniões e dúvidas relativas ao tema apresentado. No fim de cada sessão são distribuídas brochuras sobre os diversos assuntos abordados durante a aula.

3.5.5 Projetos Trabalhar na UE, Carreiras Internacionais e Oportunidades de Negócio na UE

Um dos objetivos do Centro de Informação Europeia Jacques Delors é a divulgação de informação sobre as oportunidades oferecidas pela União Europeia aos seus cidadãos. Por este meio, o CIEJD criou o projeto “Trabalhar na UE” em 2011 e em 2012 os projetos “Carreiras Internacionais” e “Oportunidades de Negócio na UE”.

O projeto “Trabalhar na UE” foi criado para reforçar a presença dos cidadãos portugueses nas instituições, agências e outros organismos da União Europeia. O público-alvo deste projeto são as pessoas à procura do primeiro emprego ou já com alguma experiência profissional. Este projeto adicionalmente oferece atendimento disponível através do telefone ou da Internet e oferece sessões de informação sobre as ofertas empresariais.

O projeto “Carreiras Internacionais” tem a origem no sucesso do projeto “Trabalhar na UE”. Este projeto oferece o mesmo só que numa escala mundial e inclui as oportunidades de estágios em diferentes organizações internacionais como o Conselho da Europa ou a ONU.

O projeto “Oportunidades de Negócio na UE” visa promover uma maior divulgação dos concursos publicados pelas instituições, agências e outros organismos da União entre as empresas portuguesas. O objetivo deste projeto é aumentar o número de candidaturas nacionais, especialmente as das PME, aos concursos públicos europeus e aumentar o número de candidaturas aos apoios financeiros oferecidos pela UE às empresas. À semelhança dos outros dois projetos, o CIEJD oferece atendimento personalizado através do telefone e da Internet e organiza *workshops* sobre como realizar as candidaturas aos concursos públicos ou aos apoios financeiros.

4. Meu Estágio no Centro de Informação Europeia Jacques Delors

O meu estágio no Centro de Informação Europeia Jacques Delors foi realizado entre outubro 2013 e abril 2014 na Unidade de Informação e Comunicação. Esta parte do relatório

vai desenvolver as minhas tarefas durante o estágio. A secção está dividida em três subsecções. Primeiramente vou descrever as minhas tarefas de dia a dia, depois as tarefas de longo prazo e no fim as atividades no quais o CIEJD participou ou organizou durante o meu estágio.

4.1 Tarefas Diárias

A minha tarefa principal foi a atualização do Portal Eurocid, mais especificamente dos conteúdos nas secções de “Temas” e “Oportunidades” e da Agenda do Centro de Informação Europeia Jacques Delors usando o *software* de programação do CIEJD. A maior parte do meu trabalho de dia a dia foi preenchido com a criação de novos conteúdos para estas secções, a atualização dos conteúdos existentes e com a verificação de que todos os conteúdos aparecem de modo correto e na posição certa.

4.1.1 Agenda

As secções de Agenda e Aconteceu contêm todos os eventos nos quais o Centro de Informação Europeia Jacques Delors participará, participa e participou ou organizará, organiza e organizou. Os conteúdos de agenda foram diversos mas com a maioria foi preciso sempre indicar a data, hora e o lugar em que o evento está a decorrer, o tipo de evento, a organização do evento, o papel do CIEJD no evento, se possível o programa do evento e os oradores, se é um evento gratuito ou quanto custa a admissão, o horário do funcionamento, se é preciso fazer uma inscrição prévia, um curto resumo do evento e a indicação dos contactos que os interessados podem consultar se precisarem mais informação.

Em Anexo I⁶ e II⁷ são exemplos de alguns dos conteúdos que fiz para esta secção. O Anexo I foi um dos primeiros conteúdos que fiz sozinha para a agenda.

⁶Também acessível em: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=7874&p_est_id=15646

⁷Acessível em: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=8049&p_est_id=15874

A maioria dos conteúdos que fiz para a agenda foram eventos nos quais o CIEJD participa anualmente então quando criava as páginas podia consultar os conteúdos criados para os eventos passados. O maior desafio relativamente a esta secção foi lembrar-me quando estava a preencher os dados no *software* de programação que precisava indicar os datas exatos nos quais o conteúdo aparecia na secção da agenda e depois quando a data do evento passou para o conteúdo aparecer na secção de aconteceu automaticamente. Com isto também precisava de me lembrar de consultar os conteúdos depois cada um dos eventos e passar o texto para o passado. Um outro desafio foi calcular a posição do evento na secção para manter a ordem correta, isto foi mais problemático com a ordem na secção de aconteceu porque nem todos os conteúdos já estavam disponíveis *online*.

4.1.2 Prémios e Concursos

Um dos outros conteúdos com quais passei a maioria dos dias foi a subsecção de “Prémios e Concursos” na secção “Oportunidades”. Dependendo de informação fornecida, para completar o conteúdo de um concurso foi preciso indicar a entidade responsável para o concurso, a data limite de entrega, uma breve introdução do concurso, o objetivo do concurso, para quem se destina o concurso e quem é elegível para concorrer, o tema do concurso, os documentos necessários para a candidatura, o prémio, o regulamento e a composição do júri (se conhecido), se se tratava de um concurso anual incluir os vencedores das edições passadas e no fim incluir os *links* onde os interessados poderiam encontrar mais informação sobre o concurso. Também foi necessário incluir o logótipo do concurso.

Alguns dos exemplos dos diversos conteúdos de concursos que fiz são em Anexos III⁸, IV⁹ e V¹⁰.

Um dos maiores desafios nesta secção foi o facto de a maioria dos concursos serem emitidos pela União Europeia e nem todos tinham a informação disponível em português. Por isso, tive de traduzir muito de inglês para português e em alguns dos casos também de outras línguas, como por exemplo o concurso no Anexo IV que foi organizado pela uma

⁸Acessível em: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=7856&p_est_id=15625

⁹Acessível em: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=7916&p_est_id=15702

¹⁰Acessível em: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=7983&p_est_id=15790

entidade italiana, por isso, a maioria da informação estava em italiano. Com a tradução eu tive de ter cuidado para manter o mesmo sentido em português como foi na língua original. Um outro desafio foi manter esta secção atualizada porque cada semana surgiam novos concursos e outros fechavam as candidaturas.

Um outro desafio principal foi, de novo, manter uma ordem lógica dos concursos. O meu primeiro mês do estágio foi atarefado com a reestruturalização da ordem da secção. A parte “Prémios e Concursos” contém muitos conteúdos por isso decidi ordená-los pela data limite. Nos primeiros lugares da secção apareceriam os concursos e prémios que estavam a decorrer, depois os que fecharam as candidaturas recentemente ou os que anunciaram os vencedores seguidos pelos concursos anuais, bianuais, multianuais ou ocasionais. Devido ao volume da secção esta tarefa tomou quase três dias para terminar.

4.1.3 Conteúdos de Temas

Uma das minhas outras tarefas diárias foi a criação de vários conteúdos para a secção “Temas” do Portal. Na maioria das vezes os conteúdos eram referentes às novas políticas e iniciativas europeias ou uma simples atualização de um conteúdo atual como por exemplo o conteúdo sobre o semestre económico.

Alguns dos exemplos de conteúdos que criei sobre as políticas e iniciativas europeias são em Anexos VI¹¹ e VII¹².

Quando escrevia os conteúdos sobre as políticas e iniciativas foi primeiramente necessário que soubesse sobre o que estava a escrever e que percebesse a problemática. A maioria dos materiais de base encontravam-se em inglês, assim, nesta secção também tive de traduzir muito. Por serem estas áreas mais especializadas foi essencial que a tradução das palavras-chaves fosse feita de modo correto para evitar dúvidas.

Um outro desafio prende-se com o facto da maioria das iniciativas e políticas da União serem muito extensas, sendo por isso necessário resumir de forma sucinta a informação fornecida mas nem sempre fui bem sucedida neste esforço como é visível no

¹¹Acessível em: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=7941&p_est_id=15737

¹²Acessível em: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=7850&p_est_id=15614

Anexo VI. Com os conteúdos sobre as políticas foi necessário sempre incluir a base legal e um curto resumo do contexto histórico. Depois foi preciso descrever do que exatamente se tratava cada política ou iniciativa, quais são as vantagens e em relação às iniciativas como é possível participar. Cada um destes conteúdos também incluía *links* para os sites oficiais das próprias políticas ou iniciativas e *links* para outros sítios que poderiam ser úteis.

4.1.4 Outras Tarefas

Estas três áreas mencionadas em cima foram as minhas tarefas diárias mas de vez em quando apareceu uma tarefa urgente que fora preciso de resolver, como, por exemplo, fazer uma pesquisa relacionada com um dos artigos da *newsletter* ou encontrar um contacto certo. Uma destas tarefas foi contactar o Gabinete de Parlamento Europeu responsável pela distribuição dos vídeos disponíveis no EuroparlTV. Com as eleições europeias “à porta” o Parlamento publicou vários vídeos pertinentes a esta questão e o CIEJD queria colocar as versões portuguesas dos vídeos na sua pasta “Eleições Europeias 2014”¹³. Quando recebíamos os vídeos foi preciso transferi-los ao formato certo e assegurar-se que são os vídeos certos.

4.2 Tarefas de Longo Prazo

Durante o meu estágio no Centro de Informação Jacques Delors fui encarregada com diversas tarefas de longo prazo. Estas incluíram, entre outras, a criação de uma base de dados sobre os eventos europeus, tradução de receitas croatas, atualização do Plano de Comunicação da Parceria de Gestão, alterações nos conteúdos de Aula Jacques Delors e, no fim, a maior tarefa foi a atualização e correção da versão inglesa do Portal Eurocid.

4.2.1 Base de Dados

¹³Acessível em: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe_area?p_cot_id=7833&p_est_id=15584

Uma das minhas primeiras tarefas de longo prazo foi a criação de uma base de dados que continha todos os acontecimentos históricos europeus para cada dia do ano. Para coletar esta informação consultei o site da União Europeia que tem um conteúdo com todos os acontecimentos eminentes dividido por anos e meses. Se ainda faltava preencher alguns dias do ano pesquisei outras fontes oficiais para eventos históricos.

Sem surpresa o dia mais ocupado na história do projeto europeu é o dia 1 de janeiro e o mês com o menor número de acontecimentos é agosto. Selecionei algumas datas para mostrar alguns dos eventos:

27 de março

1996	A Comissão adota uma decisão relativa às medidas de emergência em matéria de proteção contra a encefalopatia espongiforme bovina (EEB) e impõe a proibição de exportação, à escala mundial, de todos os produtos de origem bovina provenientes do Reino Unido.
2000	O Conselho "Justiça e Assuntos internos" adota um Programa de ações sobre o crime organizado.

9 de maio

	Dia da Europa
1950	Robert Schuman, ministro dos Negócios Estrangeiros francês, profere um discurso 'inspirado por Jean Monnet' em que propõe colocar em comum os recursos de carvão e de aço entre a França e a Alemanha, através da criação de uma organização aberta aos outros países da Europa. A criação duma Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) entre a França e a Alemanha, e outros países interessados.
2000	As instituições europeias celebram o 50.º aniversário da "Declaração Schuman".

8 de dezembro

1955	O Conselho de Ministros do Conselho da Europa adota como insígnia a bandeira azul com doze estrelas douradas.
1984	É assinada a Terceira Convenção de Lomé entre os dez Estados-Membros da Comunidade e 65 Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP).
1989	O Conselho Europeu reúne-se em Estrasburgo. Decide convocar, antes do final de 1990, a conferência intergovernamental destinada a elaborar uma alteração do Tratado, tendo em vista as fases finais da união económica e monetária. Os chefes de Estado e de Governo de onze Estados-Membros adotam a Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores. [8 - 9]
1995	A Lituânia apresenta o seu pedido oficial de adesão à União Europeia.
1997	A União Europeia e o México assinam um acordo de parceria económica, de coordenação política e de cooperação.
2006	Realiza-se em Moscovo a 2ª reunião do Conselho Permanente de Parceria entre a União Europeia e a Rússia sobre a energia.

4.2.2 Receitas Croatas

Na secção de “Oportunidades” do Portal Eurocid o Centro de Informação Europeia Jacques Delors inclui um conteúdo sobre a gastronomia europeia que contém receitas de todos os Estados-Membros. A Croácia é o Estado-Membro mais recente da União com a sua adesão no dia 1 de julho 2013. Por isso o conteúdo, que foi criado em 2009, ainda não abrangia a sua cozinha.

A tarefa de redigir as receitas de gastronomia croata foi minha desde que tenho muita experiência com ela. A parte mais difícil foi a escolha dos pratos típicos. Por este meio, visitei os sites oficiais sobre o turismo croata e vários blogues. O resultado do meu esforço pode ser consultado no Anexo VIII que contém a receita do meu prato croata favorito, a

salada de polvo. Quando acabei o meu estágio as receitas ainda tiveram de ser aprovadas pela Embaixada da República Croata estando este conteúdo ainda não disponível *online*.

4.2.3 Plano de Comunicação 2013/2014

O Plano de Comunicação é um documento anual que define as atividades e ações da Parceria de Gestão para o ano em questão. Uma das minhas tarefas de longo prazo foi a criação do conteúdo online do Plano de Comunicação 2013/2014.

Tendo em conta que o Plano é um acontecimento anual podia usar os conteúdos dos planos passados como padrão. A parte mais difícil desta tarefa foi a criação dos conteúdos das iniciativas adotadas neste ano porque nem todos os parceiros submeteram informação completa sobre as suas iniciativas. Por isso, todos os conteúdos passaram por várias fases de acabamento antes de atingir a sua versão final. Um dos exemplos do conteúdo de uma das iniciativas do Plano de Comunicação 2013/2014 está no Anexo IX¹⁴.

Uma das novidades nesta pasta para este ano foi a criação de um novo conteúdo que combinou *links* para todas as notícias feitas sobre cada uma das iniciativas depois de serem lançadas. Para que os interessados possam acompanhar as iniciativas criei um conteúdo com a agenda de todas as atividades nas quais o público pode participar sob o patrocínio do Plano de Comunicação 2013/2014.

4.2.4 Aula Jacques Delors

A primeira tarefa que fiz em relação às aulas foi a atualização do conteúdo geral sobre o papel da Aula Jacques Delors. Depois fui encarregada da criação de um novo conteúdo que conteve a agenda das aulas agendadas.

Este conteúdo já existiu no passado então planeei somente copiar a tabela da agenda passada e adaptá-la ao novo conteúdo mas o resultado não foi bom e não importava quanto mexia na língua *html* no *software* de programação a tabela não aparecia corretamente. Por

¹⁴Acessível em: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=8010&p_est_id=15823#

isso, tive de criar as tabelas a partir do zero. No *software* de programação usado pelo CIEJD as tabelas são feitas um pouco diferentes de que no programa Word então demorou um pouquinho mais a aprender o sistema mas no fim consegui e o resultado final pode ser consultado no Anexo X¹⁵. Desde esta tarefa se eu precisasse incluir tabelas nos outros conteúdos sempre copieei a língua *html* da tabela deste conteúdo e mesmo os outros colegas no CIEJD usavam esta tabela como o padrão para seus conteúdos.

Uma outra tarefa que tive em relação ao conteúdo de Aulas Jacques Delors foi propor uma atualização à secção de aulas e sugerir novos conteúdos. O novo aspecto da pasta das Aulas Jacques Delors incluiu os comentários dos alunos, avaliações dos professores e uma fotogaleria¹⁶.

4.2.5 Versão Inglesa do Portal Eurocid

A minha maior e última tarefa de longo prazo foi a atualização e a correção da versão inglesa do Portal Eurocid porque a versão atual encontrava-se desatualizada e sobretudo muito mal feita.

Esta tarefa demorou mais tempo do que eu antecipava parcialmente porque nem todas as expressões portuguesas podem ser traduzidas literalmente para inglês e parcialmente porque a tradução da versão passada estava em pior estado do que primeiramente pensei. Também por vezes, tive de esclarecer algumas dúvidas relacionadas com o texto em português.

Para comparação, a versão prévia de um dos conteúdos está no Anexo XI e a versão corrigida está no Anexo XII¹⁷.

A versão atual provavelmente ainda tem algum espaço para melhorias mas é definitivamente melhor do que a versão anterior.

¹⁵A versão atual é acessível em:

http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=7578&p_est_id=15206

¹⁶A versão final é acessível em:

http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe_area?p_cot_id=8039&p_est_id=15861

¹⁷Acessível em: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=5707&p_est_id=12057#

4.3 Atividades nas quais Participei

O Centro de Informação Europeia Jacques Delors como um dos maiores promotores da União Europeia e as suas políticas em Portugal participa em numerosos eventos assim como um dos organizadores ou como um dos expositores ou participantes. A preparação para cada um destes eventos começa a mesmo. Primeiramente o CIEJD avalia o evento, a sua importância e conexão ao projeto europeu, depois avalia se tem os recursos acessíveis para participar no evento e no fim começam as próprias preparações para o evento.

Para cada um destes eventos é necessário criar um conteúdo de agenda. Normalmente este contém informação sobre o evento, em que capacidade o CIEJD vai participar e onde é possível obter mais informação. Em muitos destes eventos o CIEJD age como o representante da Representação da Comissão Europeia em Portugal por isso tem acesso às publicações e outros materiais disponíveis da União Europeia.

Durante o meu tempo no CIEJD organizámos e participámos em vários eventos que descrevo debaixo.

4.3.1 Sessões de Informação

O Centro de Informação Europeia Jacques Delors cuida da divulgação de informação sobre os concursos publicados pelas instituições, agências e outros organismos da UE, sobre as oportunidades de emprego ou estágio oferecidas pelas mesmas entidades e pelas organizações internacionais e sobre os apoios financeiros disponíveis na União Europeia.

Por este meio, o CIEJD não somente divulga esta informação mas também organiza várias sessões de informação sobre estes assuntos, por exemplo como navegar o site com todos os concursos públicos publicados, como completar as suas candidaturas ou o que é preciso saber sobre a carreira na UE ou ONU.

Um exemplo de uma destas sessões de informação está no Anexo II. Para esta sessão foi preciso preparar o programa, assegurar os oradores e decidir que material divulgar às portas. No dia da sessão é preciso preparar a sala com todo o equipamento técnico

necessário e, se disponível, colocar os cartazes informativos sobre o assunto. Quando os interessados chegam é preciso certificar-se se estão inscritos no evento, dar-lhes os materiais para distribuição e estar disponível para responder às dúvidas.

Um dos desafios que o CIEJD enfrenta com estas sessões é que em quase todos os casos a procura para estas sessões excede a capacidade do CIEJD e do local. Por isso, todas estas sessões pedem a inscrição prévia só que depois muitas vezes acontece que na hora da sessão mais de metade das pessoas inscritas não chegam, acabando por passar uma má imagem do CIEJD.

4.3.2 Conferências

O Centro de Informação Europeia Jacques Delors é frequentemente requisitado para participar em várias conferências por todas partes do país. Se o CIEJD não pode participar pessoalmente oferece sempre apoio em forma das várias publicações. Por vezes o CIEJD também coordena o seu apoio e com presença da Representação da Comissão Europeia e o Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal.

Um exemplo de uma das conferência que o CIEJD frequentou quando fiz o meu estágio está no Anexo XIII¹⁸. Nesta conferência o CIEJD teve uma participação presencial no espaço expositivo e o objetivo desta presença foi esclarecer dúvidas sobre a União Europeia e as suas políticas relacionadas com o mar e divulgar publicações sobre estes assuntos e sobre a função do CIEJD.

Esta foi uma conferência onde a maioria dos participantes visitava o espaço expositivo durante as pausas entre as palestras diversas. Durante este tempo o *stand* do CIEJD foi consideravelmente ativo respondendo às dúvidas e perguntas dos visitantes. O público estava muito interessado nas diferentes publicações da União Europeia sobre os assunto do mar. A brochura que teve maior sucesso foi “Espécies do Mar Mediterrâneo e do Mar Negro” que continha imagens de todas as criaturas marítimas encontradas nos mares Mediterrâneo e Negro e que foi a primeira publicação a esgotar. Um outro sucesso foram os cartazes que abordaram o *stand* do CIEJD mas que infelizmente não estavam disponíveis para

¹⁸Acessível em: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=7877&p_est_id=15652

divulgação. Todo o material que o CIEJD disponibilizou no seu *stand* encontra-se acessível para *download* gratuito na página da Livraria da União Europeia (*EUBookshop*) e os visitantes foram instruídos sobre esta opção.

Eu avaliaria a presença do Centro de Informação Europeia Jacques Delors nesta conferência como bem sucedida mas houve uma altercação desagradável com uns dos visitantes do nosso *stand*. Nem sei se esta pessoa participou na conferência ou se visitou o espaço expositivo por coincidência mas tentou de implicar o CIEJD em uma “contusão” da União Europeia usando, mais frequentemente de que não, factos errados e enganosos e culpou a UE da situação atual em Portugal. Quando tentámos corrigi-lo recusou-se a escutar os nossos contra-argumentos. Pessoas como esta são a razão porque a União Europeia precisa de uma política de informação e comunicação forte e clara porque existe muita desinformação sobre as suas ações e influências na política nacional.

4.3.3 Lançamentos de Materiais

O Centro de Informação Europeia Jacques Delors tem uma presença forte no palco das publicações e outros documentos sobre a UE. Para promover estes materiais o CIEJD organiza e participa em várias cerimónias de lançamento ou organiza visitas à Biblioteca Jacques Delors.

Durante o meu estágio participei na apresentação na Assembleia de República de uma edição especial da revista CAIS no âmbito do fim do Ano Europeu dos Cidadãos, uma iniciativa criada pela União Europeia e suportada pelo CIEJD.

O CIEJD também organizou o lançamento do livro “União Europeia: Os Bens Comuns da Futura Federação Europeia” escrito por António Covas. Além da apresentação do livro pelo autor o livro foi também sujeito a uma apresentação crítica do José Félix Ribeiro, um especialista em prospetiva estratégica.

O conteúdo criado para este lançamento está no Anexo XIV¹⁹. Mesmo como as sessões de informação antes do evento foi necessário divulgá-lo pelos meios acessíveis. No

¹⁹Acessível em: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=7945&p_est_id=15742

dia do lançamento também foi preciso chegar ao local de evento com antecedência e ajudar com as instalações e preparar os materiais que iam ser distribuídos ao público. Quando as pessoas começaram a chegar foi preciso assegurar e que tudo estava preparado e estar disponível para responder às dúvidas e depois das apresentações ajudar com a sessão de perguntas e respostas.

À semelhança do que acontece com as sessões de informação é precisa a inscrição prévia para eventos deste tipo, por isso, o CIEJD nem sempre sabe quantas pessoas vão, no fim, participar.

4.3.4 Feiras

O Centro de Informação Europeia Jacques Delors cuida de divulgação de informação sobre a União Europeia a todos os cidadãos portugueses com uma orientação especial às gerações jovens. Por este motivo, o CIEJD participa em várias feiras e especialmente nas orientadas aos alunos do ensino secundário ou universitário onde promove o seu projeto “Carreiras Internacionais” e esclarece dúvidas sobre a União Europeia.

O conteúdo de uma das feiras nas quais participei durante o meu estágio com o CIEJD está em Anexo XV²⁰. Esta feira foi orientada mais aos alunos de ensino secundário, por isso, o *stand* do CIEJD foi mais popular com os professores ou pais dos alunos. Para atrair o público jovem o CIEJD preparou um jogo onde as pessoas tiveram de responder perguntas fáceis sobre a União Europeia e para cada resposta correta receberam uma prenda em forma de um bloco, caneta, pano para óculos, lanterna elétrica ou *pins*, todos com o logótipo da Comissão Europeia, Parlamento Europeu ou do CIEJD.

Esta feira também coincidiu com o lançamento das iniciativas do Plano de Comunicação 2013/2014 da Parceria de Gestão. Por este meio o *stand* do CIEJD forneceu com cartazes e materiais para promover estas iniciativas e para informar o público sobre o objetivo da Parceria de Gestão.

²⁰Acessível em: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=8036&p_est_id=15854

4. Percepções e Sugestões

O meu estágio no Centro de Informação Europeia Jacques Delors foi feito como tempo parcial, ou seja, somente trabalhei quatro horas por dia mas mesmo isto provou a ser tempo suficiente para aprender muito sobre a União Europeia, as suas políticas de informação e comunicação, sobre o funcionamento do CIEJD e sobre mim própria.

Quando comecei o estágio, a minha grande preocupação foi o facto de ter de usar a língua portuguesa formal no dia a dia e nessa altura ainda só aprendia português há pouco menos que cinco anos. Acompanhei o meu Mestrado em português mas usar a língua nas aulas e ensaios é diferente de usá-la num espaço profissional e de modo formal. No fim, não tive tantos problemas como os que antecipava. Naturalmente, fazia erros especialmente quando tive de interagir com as pessoas sem preparação prévia mas os erros não foram tão graves e os meus colegas foram úteis e entendiam-me mesmo quando não usava a expressão correta.

Algumas das minhas realizações positivas que atingi durante o meu estágio foi a criação da tabela e a versão inglesa do Portal. Nenhuma destas realizações vão mudar o mundo mas para mim são importantes. Com a tabela passei imenso tempo para ela parecer amigável aos olhos e para ser *user-friendly*. Às vezes não é tão fácil criar uma tabela específica no programa Word e na língua *html* é ainda mais difícil. A coisa que me agradece mais é que ainda agora se alguém do CIEJD precisa de tabelas nos seus conteúdos do Portal usa a minha como o modelo. A correção da versão inglesa demorou o meu último mês no estágio e apesar de que ainda podia ser melhorada a versão que criei é bastante boa. O CIEJD tem frequentemente visitas de funcionários públicos de estrangeiro que às vezes não falam português e com a versão atual o CIEJD não precisa de ter vergonha quando mostrar o Portal em inglês.

Uma das coisas com qual fiquei desiludida durante o meu estágio foi o comportamento do público português, especialmente em relação às sessões de informação e lançamentos dos materiais. Nunca vi um evento com mais de duzentas inscrições para no entanto só aparecem menos que vinte pessoas. Isto reflete mal no CIEJD ainda que a responsabilidade não seja da instituição. Para combater este mau hábito de ser inscrever e

depois não atender o CIEJD devia desenvolver algumas incentivativas. No mínimo, e não sei se o CIEJD já o faz, seria uma boa ideia no dia do evento, ou mesmo um dia antes do evento, enviar às pessoas inscritas um e-mail para as lembrar do evento.

Uma das razões do défice de comunicação entre a União Europeia e os seus cidadãos é a vastidão de informação referente ao projeto europeu que facilita o desconhecimento do público. Por isso fazia sentido desfrutar de cada oportunidade de aprender nova informação sobre a integração europeia nos eventos organizados pela própria União ou pelos seus parceiros. Infelizmente, isto nem sempre é verdade. O comportamento frívolo em relação aos eventos europeus mostra que o défice de comunicação europeia não é somente a culpa da União Europeia mas também em parte dos seus cidadãos.

Durante meu estágio trabalhei muito com a pasta de “Prémios e Concursos”. Esta secção é muito extensa e contém mais de cem prémios e concursos diferentes. Por isso, às vezes pode ser difícil encontrar o prémio no qual a pessoa está interessada. Eu sugeriria criar algumas subsecções para obter uma pasta menos lotada e clara. Os prémios podiam ser divididos pelos temas (como ambiente, economia e outros) ou por entidades que a estão organizar (como UE, ONU, agências nacionais etc.). Esta secção contém informação importante e muito útil, por isso, seria uma boa ideia fazer a sua navegação mais fácil.

Uma das coisas que me surpreendeu a mais foi que em todo Portal não encontrei nem uma imagem da equipa que trabalha no Centro de Informação Europeia Jacques Delors. Não sei se é uma diretiva do MNE ou se é a vontade das pessoas. Pessoalmente, eu penso que seria bom ter pelo menos uma imagem da equipa e talvez também um conteúdo na secção de “Quem Somos” que introduziria as pessoas. Estes curtos resumos podiam conter informação como quanto tempo a cada pessoa trabalha no CIEJD ou quais são as suas tarefas e talvez um *headshot* opcional, se não, no mínimo seria bom colocar uma curta informação sobre a gerência do CIEJD. Esta informação está no Portal mas está oculta por muitos conteúdos. No mundo é normal incluir informação sobre a equipa nas suas páginas porque às vezes é bom ter a possibilidade de poder “colocar uma cara a um nome”. Também penso que isto tornaria o CIEJD mais aberto e acessível aos cidadãos.

Por vezes todas as pessoas no CIEJD encontravam-se muito ocupadas com as suas tarefas que quando eu acabava as minhas tarefas diárias e de longo prazo não tinha nada para fazer e quando perguntava o que podia fazer mais, também não houve nenhuma tarefa

para eu realizar. Isto tornou alguns dos meus dias no CIEJD um pouco demorados e tediosos. Por outro lado, houve dias em que nem reparava que as quatro horas acabaram.

Quando comecei o meu estágio no CIEJD já se encontrava lá um outro estagiário. Ele começou o seu estágio alguns meses antes de mim. As tarefas dele eram diferentes das minhas mas às vezes sentia que tinha muito mais responsabilidade de que eu. Quando ambos participávamos nas atividades fora do CIEJD os nossos turnos eram sempre trocados de forma que ele pudesse ajudar com a instalação de *stands* e a arrumação depois das atividades acabarem. Por vezes quando não tinha nenhuma tarefa para fazer e vi que ele estava a correr de lá para cá e eu oferecia a minha ajuda na maioria das vezes ele não a aceitou.

O meu estágio acabou antes do começo da campanha eleitoral das eleições europeias. Por isso, não participei na preparação e distribuição de informação sobre as eleições, o que foi uma pena porque seria interessante ver como funciona a campanha nos bastidores.

5. Conclusão

Desde a sua instituição em 1951 o projeto europeu cresceu substancialmente a proporções nunca antes vistas. Infelizmente, uma das áreas onde o desenvolvimento foi mais lento foi a política de informação e comunicação. Para a maior parte das primeiras três décadas a comunicação com o público geral europeu foi oprimida em prejuízo das elites políticas. A importância da opinião pública e o seu suporte para o projeto europeu começou a ganhar atenção no fim da década de anos oitenta e começo dos anos noventa com as alterações no palco europeu e mundial.

Este défice de comunicação trouxe consigo uma alienação dos cidadãos dos Estados-Membros da União Europeia sobre a integração europeia que é demonstrado no declínio do suporte para o projeto europeu, no desinteresse nos assuntos europeus e no desconhecimento complexo dos seus direitos.

Apenas nos últimos dez anos surgiu uma iniciativa consistente para combater este défice de comunicação entre a União Europeia e os seus cidadãos. Esta tentativa usufrui do desenvolvimento da Internet e em particular das redes sociais. Adicionalmente, a União envolve um grande número de organizações na promoção de informação e suporta várias atividades que servem para informar e formar o público.

Em Portugal um destes organismos é o Centro de Informação Europeia Jacques Delors que tem uma presença ativa na divulgação de informação europeia com as suas várias iniciativas. Um dos desafios que o CIEJD, e a própria União Europeia, estão às vezes a enfrentar na promoção do projeto europeu é a opinião negativa sobre a integração europeia ou que as pessoas colocam menos importância aos assuntos europeus do que os nacionais ou mundiais.

Em conclusão, a União Europeia ainda enfrenta um longo caminho relativamente às políticas de informação e comunicação e à divulgação da informação entre os seus cidadãos mas as organizações com o Centro de Informação Europeia Jacques Delors lhe ajudam e facilitam o trabalho.

6. Bibliografia

- Brüggemann, M., J. de Clerck-Sachsse and S.Kurpas (2006). **Towards Communication? Evaluating the Activities of the European Commission in the field of Communication.** *Centre for European Policy Studies*.
- Centro de Informação Europeia Jacques Delors. <http://www.eurocid.pt>. Último acesso 28/09/2014.
- Comissão Europeia (2005). **Communication to the Commission – Action Plan to Improve Communicating Europe by the Commission.** http://ec.europa.eu/dgs/communication/pdf/comm-initiatives/2005-action-plan-improve-communicating-europe-by-commission-sec2005-985_en.pdf. 20/07/2005.
- Comissão Europeia.
Communication Policy & Strategy. http://ec.europa.eu/ipg/basics/policy/index_en.htm.
Última atualização 16/05/2014.
- Comissão Europeia. DG Communication.
http://ec.europa.eu/dgs/communication/index_en.htm. Última atualização 24/09/2014.
- Comissão Europeia (2006). **White Paper on a European Communication Policy (presented by the Commission).**
http://europa.eu/documents/comm/white_papers/pdf/com2006_35_pt.pdf.
01/02/2006.
- European Research Area (2009). **Communication in Crisis: Europe and the Media.** *European Policy Brief*. February 2009.
- Eurostat. <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home>. Último acesso : 28/09/2014.
- Gleissner, M. and , C. H., de Vreese (2005). **News about the EU Constitution: Journalistic challenges and media portrayal of the European Constitution.** *Journalism* 6(2), pp. 221-242.
- Hobolt, S.B. (2012). **Public Opinion and Integration.** pp. 716-733 em Jones, E., A. Menon and S. Weatherill (eds.) (2012). *The Oxford Handbook of the European Union*. Oxford University Press: Oxford.

- Kurpas, S., M. Brüggemann and C. Meyer (2006). **The Commission White Paper on Communication – Mapping a Way to a European Public Sphere.** *Centre for European Policy Studies*. CEPS Policy Brief nº 101, May 2006.
- Martins, A.I., S. Lecheler and C.H. de Vreese (2012). **Information Flow and Communication Deficit: Perceptions of Brussels-Based Correspondents and EU Officials.** *Journal of European Integration*. Vol. 34, nº4, June 2012. pp. 305-322.
- Meyer, C. (1999). **Political Legitimacy and the Invisibility of Politics: Exploring the European Union's Communication Deficit.** *Journal of Common Market Studies*. Vol. 37, nº 4, December 1999. pp. 617-639.
- Michailidou, A. (2008). **Democracy and New Media in the European Union: Communication or Participation Deficit?** *Journal of Contemporary European Research*. Vol. 4, nº 4. Pp. 346-368.
- ParlamentoEuropeu. Direção –Geral da Comunicação.
http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/00d7a6c2b2/Secretariat.html?tab=eParliament_secretariat_dgcomm.Últimoacesso: 20/09/2014.
- Peter, J. and C. H., de Vreese (2004). **In search of Europe – A cross-national comparative study of the European Union in national television news.** *Harvard JournalofPress/ Politics* 9 (4), pp. 3-24.
- Protocolo que Institui o Centro de Informação Jacques Delors (1994).
<https://infoeuropa.euroid.pt/files/web/documentos/ciejd/historia/000021747.pdf>.
09/05/1994.
- Raeymaeckers, K. and L., Cosjin (2006). **The difficulties for an efficient EU communication strategy as a triangle between EU – institutions / spokespersons, correspondents and national media.** *Romanian Journal of Journalism and Communication*. Vol. I, nº 4, pp. 29-35.
- Terra, A. (2008). **As Políticas de Informação e de Comunicação da União Europeia – Uma leitura diacrónica e exploratória no âmbito da Ciência da Informação.**
https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/11215/3/Ana%20Terra_tese.pdf.
- União Europeia. http://europa.eu/index_pt.htm. Último acesso: 28/09/2014.

7. Anexos